

A Agroecologia como horizonte de combate à epidemia de suicídios entre agricultores

Agroecology as a Horizon of Combat against the Suicide Epidemic among Farmers

Victor Lemes Cruzeiro¹

¹ Docente no Instituto Federal de Goiás, câmpus Cidade de Goiás, bacharel em Filosofia (Unicamp) e mestre em Comunicação Social pela Universidade de Brasília – UnB. Goiás, GO, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2417-6441>. E-mail: victor.cruzeiro@ifg.edu.br

Recebido em: 28 fev. 2023. Aceito em: 07 out. 2023.

Resumo

Segundo dados do Ministério da Saúde, o Rio Grande do Sul apresenta uma das taxas de suicídio mais altas do país, em especial entre agricultores/as. Contudo, a epidemia de suicídios entre a população rural não é uma exclusividade deste estado, podendo ser observada no campo em registros que datam do século XVIII. Fatores como, condições de trabalho precárias, superexploração, endividamento e concentração fundiária são estressores importantes para o sofrimento psíquico contínuo desta parcela da população. Como forma de combater este estigma, realizou-se uma pesquisa bibliográfica centrada no conceito complexo de Agroecologia como ciência-movimento-prática para garantir o enraizamento e territorialização, buscando fornecer um guia de possíveis rupturas paradigmáticas e epistemológicas que fortaleçam estes indivíduos em abandono, possibilitando a construção de um horizonte projetivo de reconexão com o trabalho e a terra.

Palavras-chave: Suicídio, Agroecologia, Enraizamento, Territorialização.

Abstract

According to the Brazilian Ministry of Health, Rio Grande do Sul has one of the highest suicide rates in the country, especially among farmers. However, the suicide epidemic among the rural population is not exclusive to this state, and has been observed since the 18th century. Factors such as precarious working conditions, overexploitation, indebtedness and land concentration are important stressors for this population's continuous psychic suffering. As a way of combating this stigma, this work realizes a bibliographical research focused on the complex concept of Agroecology as science-movement-practice to assure rooting and territorialization, in order to offer a guide of possible paradigmatic and epistemological ruptures which are capable of strengthening these abandoned individuals and enabling the construction of a projective horizon for their reconnection with work and land.

Keywords: Suicide, Agroecology, Rooting, Territorialization.

INTRODUÇÃO

Em 21 de outubro de 1736, no sul da França, um agricultor se enforcou em um bosque próximo à sua propriedade. Pelo que consta nos documentos da época, ele estava endividado, a ponto de ter seus bens penhorados e, num ato desesperado, vendera ovelhas que não lhe pertenciam, tendo imediatamente gasto o dinheiro (Minois, 2018).

Em 21 de dezembro de 2013, quase três séculos depois, agora no sul do Brasil, suicidou-se um fumicultor, em meio aos pés de tabaco da pequena propriedade familiar, sendo encontrado pela esposa e pelos filhos que, sem sucesso, tentaram reanimá-lo com ajuda dos vizinhos (Sperb, 2016).

Separados por quase 300 anos, os dois casos trazem uma dura realidade de sofrimento psíquico que desde muito assola trabalhadores e trabalhadoras rurais em diversas partes do mundo. São vítimas de relações de trabalho precárias e da pressão contínua por produção constante, mesmo sob condições ambientais adversas e, submetidos a um constante receio de perder seus poucos bens, incluindo sua terra, muitos trabalhadores/as rurais enfrentam problemas psicológicos que não são propriamente enfrentados pelo poder público (Ribeiro, 2022) e podem, muitas vezes, acabar em casos trágicos de suicídio, como os retratados acima.

Entende-se aqui o suicídio não apenas como o resultado da ação de tirar a própria vida, mas como um ato deliberado e intencional de dar fim à própria existência, abrangendo um espectro que se inicia com ideações sobre o ato de morrer, com consistência e recorrência variadas, e que podem – ou não – terminar com a execução do ato (Bertolote, 2012). Além disso, não se fala do suicídio como um ato de causa única e facilmente identificável, mas como o resultado de um processo cuja predisposição individual envolve fatores genéticos, socioculturais, traços de personalidade, experiências de vida etc.

Assim, considera-se, para fins das análises deste trabalho, que o suicídio não representa um problema único, de consumação da própria morte, mas sim um elo dentro de uma cadeia de ações destrutivas, em resposta ao sofrimento psíquico a que são submetidos, neste caso, os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Ao se referir a uma “epidemia de suicídios”¹, portanto, faz-se menção a um dos produtos de um longo processo de sofrimento que assume várias formas e apresenta diferentes efeitos, sempre negativos.

É demasiado vago perguntar “por que as pessoas se matam?”, e é igualmente tão infrutífero perguntar o mesmo para um grupo específico como o dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais. O suicídio é um ato inexplicável na sua interrupção brutal de toda a racionalidade (Cruzeiro, 2018). Portanto, devemos nos perguntar, como faz Rosângela Werlang, se “o suicídio pode se constituir em expressão do sofrimento social causado

¹ Utiliza-se aqui a noção de epidemia como o de uma doença cujo agente recentemente aumentou a virulência, ou cujos fatores incitantes se agravaram e aumentaram o risco da população suscetível (CDC, 2012). Considera-se que o suicídio não tem um agente único, que possa ser identificado e controlado, e tampouco possui um único grupo alvo ou um grupo imune, tendo apresentado um aumento considerável e rápido da sua incidência por todo o mundo, atingindo diferentes grupos étnicos e etários com cada vez mais força, podendo, portanto, ser considerado uma doença epidêmica.

pelas transformações sociais e econômicas ocorridas no meio rural?” (Werlang, 2013, p. 16).

METODOLOGIA

Investigando as condições de exploração e privação que envolvem os agricultores e agricultoras, mais especificamente da região fumageira do Rio Grande do Sul, este trabalho irá realizar uma revisão bibliográfica que busca identificar os fatores que impelem esses indivíduos a uma perda de relação com seu território, entendido não apenas como o espaço físico onde o indivíduo *está*, mas como aquele que ele/ela *usa* e *vive*, como o espaço que é palco de todas as suas ações (Santos, 1998).

Ao viver, criar e resistir nesses espaços, os indivíduos se vinculam a eles, criando raízes que ressoam com o conceito de *enraizamento*, trazido da filósofa francesa Simone Weil (2001), que serve como forma analítica de compreensão do processo de alheamento cultural e material que assola estes/as trabalhadores/as rurais. Pensando nas raízes como uma estrutura de fixação e nutrição das plantas, de modo que sua perda implica tanto na morte por inanição quanto por tombamento, portanto, a perda das raízes que ligam os/as camponeses aos seus territórios é responsável pelo isolamento que lhes atinge e leva ao sofrimento psíquico que, por sua vez, pode descambar no suicídio. Ter raízes *está*, literalmente, ligado a ter terra, a ter e pertencer a um território, o que fica bem evidente nas palavras da própria Simone Weil: “A necessidade de enraizamento, nos camponeses, tem primeiro a forma da sede de propriedade” (Weil, 2001, p. 78).

Ao compreender o sofrimento psíquico de trabalhadores e trabalhadoras rurais como o resultado da perda do território/das raízes, a Agroecologia surge como uma ferramenta possível de re-territorialização, possibilitando a recuperação da terra para uso físico, de geração de renda e de sustento, bem como para uso cultural, onde se cria história e dignidade (Santos, 1998). Para tanto, considera-se a Agroecologia como uma chave conceitual, dinâmica e complexa (Caporal; Costabeber e Paulus, 2009), que envolve ciência-movimento-prática (Wezel *et al.*, 2009), numa forma de oferecer aos trabalhadores e trabalhadoras rurais um re-enraizamento projetivo (Caldart, 2000), no

qual se constrói um horizonte de futuro coletivo, afastando-os da trágica decisão de abrir mão da própria vida, quando não há mais nada a ser perdido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao iniciar o trabalho com dois casos de suicídio de trabalhadores rurais, separados por 300 anos, teve-se como objetivo pontuar uma faceta muito específica do ato de autoextermínio: este não é recente, nem tampouco novo, mas avança, a passos lentos e largos.

Sabe-se que as taxas de suicídio são mais altas de acordo com o grau de vulnerabilidade a que o indivíduo está exposto, sendo estas mais altas entre refugiados, imigrantes, povos originários, população LGBTQIAPN+, pessoas privadas de liberdade (OMS, 2021), além de, como veremos a seguir, agricultores e agricultoras do modelo convencional. Portanto, falar de suicídio entre a população rural faz muito sentido, dado o grau de vulnerabilidade – o qual é quase invisível – a que esse grupo está submetido, desde que as relações no campo começaram a ser determinadas pelas condições de mercado:

Exposição a altos riscos econômicos, frustrações constantes por fatores que independem do trabalho das pessoas, isolamento geográfico, o que dificulta o acesso a serviços básicos, baixo nível educacional. Todos esses fatores pesam contra a saúde mental daqueles que trabalham no campo (Ribeiro, 2022, n.p.).

Tudo isso gera estressores que são muito particulares do ambiente do campo e pouca atenção tem sido dada a essas pessoas. Na contramão dessa pequena atenção, a gente vê crescer nos últimos anos, as taxas de adoecimento mental (Ribeiro, 2022, n.p.).

Pode-se, assim, traçar dois fatores básicos que consignam em si, muitos dos estressores a que os agricultores e agricultoras estão submetidos/as, sendo estes: 1) as relações de exploração do trabalho no campo e; 2) as relações fragilizadas de pertencimento com a terra, que, deve-se notar, nascem do mesmo modelo de exploração sistêmica da natureza e da força de trabalho humana.

A perda da terra não representa para o agricultor apenas a perda do seu principal objeto de trabalho e de sustento mas, na maioria das vezes, uma separação da sua própria

identidade, a qual é construída num atravessamento geracional entre o trabalho agrícola e a história de sua família.

Assim, é possível dizer que há uma constante de sofrimento psíquico no meio campesino que, conforme aumentam a virulência do mercado e da concentração fundiária, levam mais indivíduos à escolha derradeira do suicídio como solução desesperada:

A questão financeira é o principal gatilho para o estresse entre fumicultores. Eles precisam organizar o dinheiro que recebem apenas uma vez por ano para sustentar a família pelos 12 meses seguintes (Sperb, 2016, n.p.).

Além disso, a maioria deles tem dívidas com as próprias empresas que compram sua produção. Não é raro que os processos movidos pelas companhias terminem com a tomada das terras dos agricultores (Sperb, 2016, n.p.).

‘A perda das terras é a perda da vida deles’, analisa o advogado Mateus Ferrari, que atende diversos casos de agricultores endividados (Sperb, 2016, n.p.).

Privados de educação formal e, muitas vezes atacados pelas próprias entidades que deveriam representá-los, os agricultores veem-se obrigados a aceitar transações notoriamente desvantajosas porque, “no fim das contas, tudo é legal” e, como alertam as próprias empresas, “se não quiser assinar, o negócio termina aqui” (Sperb, 2016, n.p.).

No caso do fumicultor gaúcho, a reportagem cita ainda que ele apresentava um quadro de depressão recorrente, envenenamentos frequentes tanto por agrotóxicos quanto pela nicotina presente na planta – a chamada Doença da Folha Verde do Tabaco (DFVT) –, além do abuso de álcool (Sperb, 2016), numa evidente demonstração do amplo espectro de sofrimento, mental e físico, cujo suicídio foi apenas uma resposta definitiva.

O alcoolismo também aparece frequentemente nas crônicas de suicídios rurais franceses, sempre como uma resposta à perda dos bens, de familiares e à presença de doenças incuráveis. E, embora seja um elo causal inconclusivo com o ato suicida (Abreu; Meyer e Resende, 2007), é um fator importante de resposta ao estresse neste cenário (Amorim; Beck e Maia, 2016; Dantas, 1983).

O resultado desta empreitada é inegável, pois, enquanto a média nacional de suicídios a cada 100 mil habitantes é de 5,2, no Rio Grande do Sul, polo fumageiro do país, é de 11,3/100.000 habitantes, mais do que o dobro (Franck; Limberger e Monteiro, 2020). E esse rastro torna-se ainda mais perceptível quando vemos que ele atravessa, mais de uma vez, uma mesma família, pois o avô do fumicultor que se matou também havia se suicidado. De fato, o índice de suicídios entre agricultores na região é tão alto, fruto da desastrosa combinação entre dívidas, receios e frustrações, que há na região a expressão que “só se vende corda com receita médica” (Sperb, 2016, n.p.).

Tal afirmação mostra como o sofrimento mental das populações rurais – bem como o seu suicídio – por mais endêmico que seja, não é alvo de políticas públicas diretas e efetivas, não apenas na área da saúde, mas integradas, também, ao desenvolvimento agrário, meio ambiente etc. Tampouco havia qualquer preocupação durante o século XVIII: quando um camponês se matava durante o Antigo Regime, era comum que a família e os amigos tentassem esconder ou desculpar o suicídio, não apenas pela vergonha, mas pelo fato de que o ato era considerado crime, ocasionando a humilhação pública do cadáver, o confisco de bens e o pagamento de multas altas ao Estado (Minois, 2018).

O suicídio segue envolvido pelo tabu da vergonha e da proibição, sem que familiares e amigos possam trazer a público as causas extremas que levaram o sujeito ao ato, num eco da prática centenária de ignorar a saúde mental de uma população vista apenas como força de trabalho, como alerta o psiquiatra Rafael Moreno de Araújo, coordenador do Comitê de Prevenção do Suicídio da Associação de Psiquiatria do Rio Grande do Sul (APRS): “Às vezes o paciente chega (após ter tentado) suicídio, passa por uma lavagem no estômago e é liberado, sem avaliação psiquiátrica” (Sperb, 2016, n.p.).

Assim, a correção desse desequilíbrio de forças que empurra, há tanto tempo, uma população para o sofrimento psíquico, passa, não apenas pela garantia da posse efetiva da terra, dentro de condições de produção livres das expectativas mercadológicas do capitalismo, mas também por um fortalecimento da identidade deste indivíduo, a qual está diretamente ligada a esta terra, garantindo seu reconhecimento pela identidade de “trabalhador/a rural”.

Ao auxílio dessa questão, vem a escritora francesa Simone Weil (1909-1943), cujo conceito de “enraizamento” atende muito bem às duas condições descritas acima. Além da óbvia – e poética – conotação de conexão e nutrição que traz na figura da raiz, o conceito é capaz de trabalhar, não apenas com a ligação do indivíduo com seu território, mas também com a construção ativa da sua existência dentro de uma coletividade.

Weil afirma que “um ser humano tem raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos de futuro” (Weil, 2001, p. 42). E, enquanto esse enraizamento deve ser natural, dentro de um espaço e tempo próprios à comunidade de onde vem o indivíduo – assim como cada raiz cresce na sua forma e no tempo definido pela espécie de cada planta –, há algumas condições modernas que tendem ao chamado “desenraizamento”.

A primeira dessas é a condição assalariada, que obriga todo indivíduo, do operário ao camponês, “a manter a atenção fixa no cálculo do dinheiro” (Weil, 2001, p. 44). Assim, toda e qualquer noção de pertencimento que o indivíduo tem com seu trabalho dá lugar ao desejo de ganhar, seja para superar os demais, seja pela simples subsistência.

Somada a essa homogeneização do modo de agir, vem uma segunda condição, a de homogeneização do modo de pensar mediante a instrução das massas. Segundo Weil (2001), a educação moderna, orientada e influenciada pela técnica – e, portanto, para a produção e para o trabalho assalariado – se fragmenta e se especializa de forma que não se perde apenas o contato com o mundo real, mas impossibilita a abertura para qualquer outro mundo possível.

Para ocasionar um novo enraizamento, é preciso trabalhar com a dupla noção de que o indivíduo deve *pertencer e possuir*, tanto ao seu trabalho, quanto a um território. Muito mais do que um simples sinônimo de espaço delimitado, o território abarca o espaço (Santos, 1998) no qual costuram-se forças horizontais e verticais, unindo técnicas, objetos, relações e indivíduos. Portanto, este é um espaço múltiplo, fundado muito mais na noção do “ser” do que do “ter” (Bonnemaizon e Cambrezy, 1996) onde se desenvolvem os vínculos da pessoa com o espaço físico e com a vida ali realizada, a partir de ações como o trabalho, por exemplo.

A perda do território é, para o indivíduo, a perda das raízes que o ligam àquele espaço, ao vínculo que o une ao trabalho que ali realiza. No caso dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, essa perda é simultânea e literal, dado que a perda da terra é, simultaneamente, a perda do espaço físico, do território, de seu sustento material, de suas raízes e de sua identidade.

Compreendemos então, a perda do território, como a perda das raízes – econômicas, culturais e sociais – que ligavam a pessoa àquele espaço e, tal qual seu análogo no mundo natural, sabe-se que uma árvore sem raízes tomba e morre.

Este processo de desenraizamento é visto com distinção no caso dos fumicultores do RS, cuja exploração contínua da atividade agrícola por grandes corporações lhes rouba – literal e figurativamente – o território, a partir de um alheamento das técnicas e das ferramentas cultivares, e até da renda gerada, sob o risco da perda da posse da terra.

Há mecanismos sutis que mantêm os/as trabalhadores/as rurais permanentemente vinculados à empresa, como o fornecimento de sementes, venenos e equipamentos de segurança, e muitas vezes até a exigência de alterações na estrutura da propriedade, como a construção de galpões com medidas específicas. Tudo isso, claro, descontado do valor final pago pela produção (Sperb, 2016, n.p.).

Ao ser entregue, a produção é criteriosamente classificada pela empresa, influenciando o valor pago que, muitas vezes, mal cobre as dívidas contraídas com os insumos – que vão se acumulando com juros sobre juros. E, obrigatoriamente necessitando de mais insumos para a próxima safra, os/as trabalhadores/as ficam ainda mais presos em emaranhados de obrigações contratuais que tornam impossível a ciência completa do trâmite que participam (Sperb, 2016, n.p.).

Um outro mecanismo bastante eficaz de aprisionamento dos/as fumicultores/as é o uso obrigatório de agrotóxicos, que garante a sua alienação de formas não-convencionais de cultivo, como também separa o indivíduo, de fato, da terra, na medida em que este desequilibra e destrói as relações ecológicas locais, degradando a área com o tempo.

Em um estudo que acompanha a aplicação de agrotóxicos na fumicultura da região gaúcha, há um relato de um técnico que alerta para o fato de que a assistência técnica e extensão rural (ATER), embora presente, não possui autonomia para determinar a quantidade de agrotóxico a ser aplicado na lavoura, sendo essa decisão centralizada pela empresa e balizada por “estudos genéricos, os quais nem sempre respeitam a realidade das lavouras” (Cunha, 2017, p. 53).

Esta simples prática de controle centralizado do uso de um insumo, desencadeia um processo de desenraizamento no agricultor na medida em que controla sua atuação pelo vínculo financeiro – gerando, inclusive, um endividamento pelo uso do próprio insumo –, como também elimina toda e qualquer possibilidade de ação própria do agricultor sobre sua terra, a começar pelo cultivo — uma vez que a monocultura é imposta pela empresa. A longo prazo, este processo elimina toda forma particular de usufruto daquela terra, levando consigo até modos e técnicas de manejo históricos que vinham de gerações anteriores, reduzindo a sua autonomia e levando a crescentes processos de dependência. Assim, uma forma de re-enraizamento passa, necessariamente, pela religação do agricultor a este território, ligando-o também às formas tradicionais de trabalhar neste território que, por sua vez, irão influenciar no seu modo de cultivar e no que será colhido.

Roseli Caldart (2000), em seu detalhado estudo sobre as ferramentas pedagógicas do Movimento Sem Terra (MST), traz uma síntese de como o Movimento é capaz de produzir, dentro da sua pedagogia, uma força de *enraizamento projetivo*, que engloba tanto a formação do indivíduo quanto do coletivo, sempre com vistas a um horizonte futuro:

Dizer que o MST enraíza os sem-terra significa afirmar que ele proporciona a estas pessoas a condição de vincular-se novamente a um passado e a uma possibilidade de futuro, que lhes permite desenvolver-se como seres morais, intelectuais, espirituais [...] Enquanto trabalhadores da terra de quem foi tirada a terra, ou a possibilidade social de tê-la como objeto de seu trabalho [...] (Caldart, 2000, p. 99).

Mas o MST enraíza os sem-terra especialmente porque lhes inclui ou devolve a uma coletividade, sentido maior da noção de enraizamento (Caldart, 2000, p. 99-100).

É pouco, contudo, dizer que essa perspectiva limita-se ao MST, apesar de sua alta capacidade de construção de um “projeto de futuro” baseado na recriação de uma cultura campesina e na implantação de uma efetiva reforma agrária (Caldart, 2000). A construção de um projeto de enraizamento pode partir de qualquer possibilidade pedagógica de reconexão com a terra e com o trabalho no campo e na cidade.

Nesse sentido, a Agroecologia surge como uma possibilidade de construção desse enraizamento projetivo a partir da sua matriz que une ciência, movimento coletivo e conjunto de práticas, num amálgama epistemológica que varia de região para região e evolui ao longo do tempo (Wezel *et al.*, 2009), indo além da combinação de manejos não-convencionais e envolvendo uma abordagem sistêmica, que encontra e cruza dimensões de análise e prática para integrar:

[...] os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis. (Caporal; Costabeber e Paulus, 2009, p. 17 e 18)

Integrando variáveis e conhecimentos tecnológicos, socioeconômicos, ambientais e históricos (Wezel *et al.*, 2009), a Agroecologia constitui-se como um pensamento complexo, não limitado apenas a práticas agrícolas sustentáveis ou à replicação de manejos tradicionais oriundos de um movimento social ou povo originário. Essa junção ciência-movimento-prática torna a disciplina um campo congregador de dimensões ambientais, sociais e econômicas (Wezel *et al.*, 2009), como são as cosmologias ameríndias — sendo uma das mais conhecidas o *Sumak Kawsay* quíchua, ou Bem Viver —, na qual se reconhece o trânsito necessário de conhecimentos e ações para alcançar o equilíbrio dos sistemas ecológicos e alimentares, ao lado do bem-estar compartilhado por todas as espécies, incluindo a humana. Ao se adicionar o paradigma científico ocidental cartesiano a essa cosmologia, deve-se reconhecer, finalmente, a insuficiência de um paradigma único, e equiparar a ele, em força e importância, outras formas de resistência e modos tradicionais, próprios de cada local e época.

Esta perspectiva demanda compreender, também, a Agroecologia como um aporte plural – ainda que sob o foco da perspectiva ecológica – de diferentes disciplinas, tais como a física e a química, de modo que:

A Agroecologia *stricto sensu* pode ser definida como uma nova e mais qualificada aproximação entre a Agronomia e a Ecologia, isto é, a disciplina científica que estuda e classifica os sistemas agrícolas desde uma perspectiva ecológica, de modo a orientar o desenho ou o redesenho de agroecossistemas em bases mais sustentáveis [...] com o objetivo de reconstruir os sistemas humanos de maneira que se encaixem adequadamente nos sistemas naturais (Caporal; Costabeber e Paulus, 2009, p. 86-87).

Porém, ainda nesse sentido, é importante também considerar a importância de outras áreas como a história, a geografia e a antropologia – as quais são erroneamente isoladas das demais “ciências”, sempre com um enfoque pedagógico e comunicacional – uma vez que essas tornaram-se uma grande influência:

[...] no pensamento agroecológico a partir dos esforços de pesquisa de antropólogos/as e geólogos/as preocupados em descrever e analisar as práticas agrícolas e a lógica de povos originários e camponeses. Tais estudos têm se preocupado com o uso e gestão de recursos em toda a base de sustento, não apenas da terra cultivável, também focando em como essa base de sustento é explicada pela população local e como mudanças sociais e econômicas afetam esses sistemas de produção (Hecht, 1995, p. 15, tradução nossa).

Este é processo múltiplo que, semelhante à lei de Liebig², – a qual vincula o desenvolvimento da planta à presença simultânea de vários nutrientes essenciais – permite a criação de um movimento re-territorializante e, por sua vez, re-enraizador, que preza, não por apenas capacitar um/a agricultor/a a dominar a técnica capaz de maximizar sua produção e garantir sua independência econômica (como prometeu o libelo falso da Revolução Verde), mas que vai além, iniciando um movimento que traz em si as dinâmicas das idiosincrasias sociais, políticas e culturais específicas de cada indivíduo envolvido, de cada povo e cada época, incluindo-o ou devolvendo-o a uma coletividade que garante um gérmen de futuro.

Nas palavras de Ana Maria Primavesi, a maior pensadora da Agroecologia do país e, sem dúvida alguma, uma das mais importantes do mundo, a Agroecologia não serve apenas a um “quê” pragmático, mas a um “como” múltiplo, de modo que:

2 A Lei de Liebig, também chamada de “Lei do Mínimo”, é um princípio agronômico elaborado pelo botânico alemão Carl Sprengel (1787-1859) no início do século XIX, mas popularizado pelo cientista Justus von Liebig (1803-1873). Segundo esta lei, o desenvolvimento de uma planta será limitado pelo nutriente em menor quantidade ou ausente (Cf. Liebig, 1855, p. 24 e ss.).

[...] o agricultor deixa de perguntar ‘O que faço?’ e passa a questionar ‘Por que ocorre?’. Simplesmente ao reorientar o tipo de pergunta diante de um problema técnico em seus cultivos, ele muda a sua atitude em relação à forma de praticar a agricultura. Em vez de receber receitas técnicas prontas, passa a observar, pensar, experimentar. Com o tempo ele começa a produzir melhor que a agricultura convencional e ganha autoconfiança (Primavesi, 2008, p. 10).

Assim, destaca-se a necessidade primária de compreender a Agroecologia como um dispositivo epistemológico/científico/prático de “enraizamento projetivo”, como menciona Roseli Caldart (2000), mas que não se esgota em uma ação formativa única. Todo projeto efetivo de consolidação da Agroecologia como rompimento de amarras e reconstrução de vínculo torna-se um projeto necessário, e possível, para a superação das estruturas que geram, há séculos, o sofrimento psíquico e o abandono nas populações camponesas.

Neste tom, são igualmente efetivos os dispositivos epistemológicos tocados por caiçaras, povos originários, quilombolas, extrativistas, apanhadores/as de flores sempre vivas, ciganos/as, veredeiros/as e todos os demais que se organizam em torno de um projeto de construção Agroecológico, incluindo associações locais e movimentos de luta por terra.

São eles/as, nas suas reconstruções territoriais e de práticas na terra, que rompem com este centenário sistema de relações de exploração do trabalho, o qual encontra-se sob as demandas centralizadoras das grandes corporações e, sob a sombra do adoecimento sistemático, físico e mental, dos trabalhadores e trabalhadoras continuamente ameaçados de perderem sua terra.

É na construção contínua destas comunidades, onde a subsistência econômica se cruza com a feitura de uma identidade e de uma autoconfiança nas suas capacidades e histórias, que se pode divisar, a médio e longo prazo, um freio para a epidemia de suicídios que assola o campo (Sperb, 2016), a qual corresponde ao reflexo de um sistema que objetiva unicamente o lucro e, em que tudo mais é descartável, incluindo a natureza e a vida humana.

Por ter ingressado tão recentemente no rol das chamadas “disciplinas científicas”, há menos de um século, a Agroecologia ainda carece de uma sistematização conceitual, o

que não é, necessariamente, um problema, visto que trata-se de um campo amplo e holístico, com uma variedade de definições, objetos, conceitos, escalas e métodos que se modificam de país para país e evoluem com o tempo, o que é esperado em uma ciência (Wezel *et al.* 2009). Essa multiplicidade de ferramentas e conceitos, contudo, não é um problema para a aplicação viva da Agroecologia, que conquista, cada vez mais, território em diversos espaços. O site *Agroecologia em rede*, por exemplo, aponta, em 2023, a existência de 184 núcleos de pesquisa, 1104 organizações, 3258 experiências, e 39 redes por todo o país. Há também estudos que já vinculam, no campo da análise do discurso, as boas percepções da Agroecologia dentre aqueles que com ela trabalham (Azevedo e Pelicioni, 2012), além de mensurações de bons resultados de produtividade de iniciativas Agroecológicas (Soares *et al.*, 2023).

Frente à epidemia de suicídios que atinge a população rural de diferentes regiões do Brasil e do mundo, apesar de ainda não haverem muitos resultados diretos pelo viés holístico da Agroecologia, esta combinação singular de ciência-movimento-prática se mostra não apenas como uma possibilidade efetiva de construir um projeto de futuro para esses trabalhadores e trabalhadoras em sofrimento, mas como uma necessidade urgente de suplantar o pensamento dominante que alienou a população do campo, contaminando desde a sua noção de valor e da vida, até o solo e as águas. A Agroecologia, contudo, não é uma resposta mágica nem uma receita a ser seguida de forma isolada, mas um núcleo formador e reflexivo de políticas públicas que compreendam a saúde mental como parte indissociável de qualquer projeto de saúde coletiva e, por conseguinte, ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente a uma média de suicídios que é maior que o dobro da média nacional, estados como o Rio Grande do Sul são o retrato de uma longa tradição de exploração da classe camponesa, superexplorada economicamente e ignorada em termos de atenção básica à saúde física e, principalmente, mental. Tal cenário não é uma exclusividade brasileira – embora o histórico de concentração fundiária no nosso país só torne as relações no campo ainda mais desiguais.

Perante esse cenário de risco à população do campo, torna-se urgente pensar em formas que garantam: 1) a mudança nas relações econômicas do campo, resguardando os trabalhadores e trabalhadoras das decisões centralizadas das corporações e do risco constante do endividamento e; 2) a construção de identidades fortes, ligadas ao território, que criem um espírito de autoconfiança, pertencimento e continuidade a partir do trabalho da terra.

A Agroecologia, como matriz epistemológica plural e diversa, serve, então, como uma alternativa para a construção de projetos neste sentido, na medida em que oferece uma possibilidade de re-territorialização e re-enraizamento desses indivíduos à terra, garantindo, não apenas um vínculo com o passado, mas uma possibilidade de construir um futuro. Aliando um movimento político e social que parta dos/as trabalhadores/as às técnicas e tecnologias particulares que os/as vinculam àquele lugar e àquela história, a Agroecologia produz conhecimento (Wezel *et al.*, 2009), tanto na forma de ciência quanto de identidade, capaz de enraizá-los novamente àquele território.

Em resumo, a Agroecologia apresenta caminhos e possibilidades de rupturas que visam compreender e acolher as particularidades de cada território e de cada grupo, restaurando o direito à terra, ao sustento e à autodeterminação desses trabalhadores e trabalhadoras que, hoje, veem-se tão sós que escolhem por fim à própria vida. Ela é, portanto, uma possível ferramenta de re-acesso à vida, ao território e às raízes que foram arrancadas desse povo, oferecendo a eles e elas, como clamou Milton Santos (1998), uma restauração da plena dignidade humana.

Copyright (©) 2023 - Victor Lemes Cruzeiro

REFERÊNCIAS

- ABREU, Juscélio; MEYER, Tufi; RESENDE, Ione. Incidência de Suicídios e uso de Agrotóxicos por trabalhadores rurais em Luz (MG), Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 32, n. 116, pp. 24-30, 2007.
- AMORIM, Andrea; BECK, Jorge; MAIA, Helena. Consumo de Álcool entre os Trabalhadores do Corte

da Cana-de-Açúcar: prevalência e fatores associados. **Revista Pesquisa em Fisioterapia**, v. 6, n. 3, pp. 306-316, ago. 2016.

AZEVEDO, Elaine; PELICIONI, Maria Cecília, Agroecologia e Promoção de Saúde no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 31, n. 4, pp. 290-295, 2012.

BONNEMAISON, J. e CAMBRÉZY, L. Le lien territorial: entre frontières et identités. **Géographies et Cultures**, n. 20. Paris: L'Harmattan, 1996. Disponível em: https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/divers21-04/010010570.pdf. Acesso em: 05 jul. 2023.

BERTOLETE, José. **O Suicídio e sua Prevenção**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAPORAL, Francisco R. (org.); COSTABEBER, José A.; PAULUS, Gervasio. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. 1ª Edição. Brasília: Embrapa; 2009. Disponível em: <https://www.bibliotecaagritea.org.br/agricultura/agroecologia/livros/AGROECOLOGIA%20-%20UMA%20CIENCIA%20DO%20CAMPO%20DA%20COMPLEXIDADE.pdf>. Acesso: em 19 fev. 2023.

CDC. Principles of Epidemiology in Public Health Practice – An Introduction to Applied Epidemiology and Biostatistics. Atlanta: Centers for Disease Control and Prevention, 2012. Disponível em: <https://www.cdc.gov/csels/dsepd/ss1978/SS1978.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2023.

CRUZEIRO, Victor. Últimas palavras? Formas de aproximação do inefável através das narrativas biográficas de suicidas. In: MAIA, Marta; MARTINEZ, Mônica. **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas metodológicas**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2018, pp. 160-176.

CUNHA, Evandro. **A Monocultura fumageira e o uso de agrotóxicos: estudo de caso no município de Fontoura Xavier, RS**. 2017. 66p. Monografia de Conclusão de Curso (Bacharelado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

DANTAS, Roberto. Alcoolismo em Trabalhadores da Zona Urbana e Rural. Uma Experiência em Brasil. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana**, v. 94, n. 1, pp. 76-82, jan. 1983.

FRANCK, Maria Cristina; LIMBERGER, Renata; MONTEIRO, Maristela. Mortalidade por suicídio no Rio Grande do Sul: uma análise transversal dos casos de 2017 e 2018. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 2, pp. 1-12, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ress/2020.v29n2/e2019512/#:~:text=Foram%20registrados%202.564%20%C3%B3bitos%20por,100%20mil%20hab.%2Fano>. Acesso em: 06 jul. 2023.

HECHT, Susanna. The evolution of agroecological thought. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecology: the science of sustainable agriculture**. Westview Press, Boulder CLADES, p. 4-20, 1995.

LIEBIG, Justus von. **Principles of Agricultural Chemistry with Special Reference to the Late Researches made in England**. Nova Iorque: Wiley, 1855. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=hvd.32044009879974&view=lup&seq=12>. Acesso em 09 mai. 2023.

MINOIS, George. **História do Suicídio: A Sociedade Ocidental diante da Morte Voluntária**. Trad. Fernando Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

OMS. **Suicide**. [S.l.], 17 jun. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/suicide>. Acesso em: 20 fev. 2023.

PRIMAVESI, Ana Maria. Agroecologia e Manejo do Solo. **Revista Agriculturas – Experiências em Agroecologia**, v. 5, n. 3, set. 2008. Disponível em: <https://anamariaprimavesi.com.br/2019/06/14/agroecologia-e-manejo-do-solo-revista-agriculturas-experiencias-em-agroecologia-leisa-brasil-set-2008-vol-5-no-3/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

RIBEIRO, Cassiano. Saúde Mental: depressão e ansiedade aumentam entre trabalhadores rurais. **Globo Rural**. 07 jun. 2022. Disponível em: <https://globorural.globo.com/Colunas/Melhores-Empresas-para-Trabalhar/noticia/2022/06/saude-mental-depressao-e-ansiedade-aumentam-entre-trabalhadores->

[rurais.html](#). Acesso em: 20 fev. 2023.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura; SOUZA, Maria Adélia (orgs.). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SOARES, João *et al.* Desempenho Produtivo e Econômico do Sistema Agrossilvipastoril Orgânico no Cerrado. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 18, n. 1, p. 238-253, 2023. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/23730>. Acesso em: 21 fev. 2023.

SPERB, Paula. **Agrotóxicos, depressão e dívidas criam bomba-relógio de suicídios no RS**. BBC. 4 out. 2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37491144>. Acesso: 20 fev. 2023.

WEZEL, Alexander *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, vol. 29, p. 503-515, 2009.

WEIL, Simone. **O Enraizamento**. Tradução de Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 2001.

WERLANG, Rosangela. **Pra quê mexer nisso? Suicídio e sofrimento social no meio rural**. 2013. 249p. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.